

NOTAS EXPLICATIVAS 2016

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo, Pessoa Jurídica de direito público e de natureza autárquica. Domiciliado e estabelecido à Rua Gonçalves Dias, nº 870, Centro, Campo Largo – PR, dotado de autonomia administrativa, financeira, técnica e empresarial, e tem por finalidade gerir o respectivo Sistema, compreendendo os Programas de Previdência e de Assistência Social do qual são beneficiários, 604 aposentados e 142 pensionistas. Até o dia 31/07/2016 o diretor feral foi o Sr. Alceu Carlesso, a partir de 01/08/2016 foi eleito o Sr. José Atílio Norberto, como diretor geral deste instituto.

Legislações relevantes que regem as operações:

- ✓ Constituição da República Federativa do Brasil - CF/ 1988;
- ✓ Lei nº 8666/ 1993
- ✓ Lei nº 9717/ 1998
- ✓ Lei nº 1609/ 2002
- ✓ Lei nº 1883/ 2006
- ✓ Lei nº 2357/ 2012
- ✓ Lei nº 2544/ 2013
- ✓ Lei nº 2652/ 2014
- ✓ Lei nº 2847/ 2016 - confissão de débito atuarial
- ✓ Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF
- ✓ Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014
- ✓ Portaria MPS nº 403/2008, de 10 de dezembro de 2008
- ✓ Resolução CMN nº 3922/ 2010
- ✓ Resolução nº 031/ 2016 - credenciamento de Instituições Bancárias para movimentação financeira deste Instituto.
- ✓ NBCT - Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público
- ✓ IPSAS - Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (INTERNATIONAL PUBLIC SECTOR ACCOUNTING STANDARDS).

2. CRITÉRIOS CONTÁBEIS

(a) O regime contábil utilizado é de competência, inexistindo o regime misto conforme cita o art. 35 da Lei 4.320/64, com exceção da receita do COMPREV, lançada na conta 19.22.10.01.00.00, cujo relatório de saldo da compensação previdenciária só pode ser emitido no mês subsequente à competência do crédito. Atualmente, os documentos necessários

para a contabilização estão sendo disponibilizados pela prefeitura em tempo hábil para realizar o lançamento da receita através do regime de competência.

(b) O critério para mensuração utilizado nos itens componentes das demonstrações contábeis é o de valor justo.

(c) Os julgamentos para escolha dos critérios contábeis que têm efeito mais significativo nos valores registrados nas demonstrações contábeis se referem à reavaliação de bens imóveis, que são efetuados por uma comissão de avaliação composta por servidores estatutários conforme Resolução nº 2/2013 de 02/01/2013, além da consulta de mercado realizada pela imobiliária com a participação de avaliadores externos.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, tomando por base as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP, estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - STN - 6ª Edição, Parte: Geral, I, II, III, IV e V); Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) editadas pelo Conselho Federal de

Contabilidade (CFC), e convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público – *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) – editadas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* (IPSASB).

Saliento que as IPSAS não foram observadas na sua integralidade, sendo utilizadas de forma subsidiária.

b) Moeda de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais.

4. COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

Todas as decisões de investimentos que envolvam aplicações e resgates dos recursos do Fapen deverão ser registradas no formulário APR- Autorização e Aplicação e Resgate, que deverá ser publicado mensalmente no Portal do Fapen juntamente com o Resumo financeiro das Aplicações.

As informações contidas na presente Política de Investimentos e suas revisões serão disponibilizadas pelo Fapen aos seus segurados e pensionistas, pelo Portal do Fapen e informativos no prazo de trinta dias contados na sua aprovação.

Demonstrativo da Distribuição dos Investimentos Por Segmento

Segmento s	Descrição	Limites do CMN Resolução 3922/10	Saldo das Aplicações em 31/12/2015	% Composição
Renda Fixa	TPF	Até 100%	R\$ 140.093.682,83	62,46
	FI/FIC RF ou REF1	Até 80%	R\$ 48.563.920,74	22,87
	FI/FIC RF ou REF2	Até 30%	R\$ 26.576.532,10	12,02
	Privado (FI/FIC RF ou REF)	Até 5%	R\$ 1.526.683,10	0,69
	Operações Compromissada s	Até 15%	R\$ 0,00	-
Renda Variável	Ações + Fundos de Participação	Até 30%	R\$ 1.213.955,75	0,55
Outros Ativos, inclusive Imóveis (IMOBILIÁRIO)		Não há	R\$ 3.130.517,84	1,41
Total Renda Fixa + Variável			R\$ 221.105.292,36	100,00
Valor em conciliação na conta corrente			-	-
TOTAL			R\$ 221.105.292,36	

Siglas:

TPF = Título Público Federal; FI = Fundo de investimento; FI Ref. RF = Fundo de Investimento Referenciado em Indicador de Renda Fixa; FI RF = Fundo de Investimento de Renda Fixa; FI Prev = Fundo de Investimento Previdenciário; FIDC = Fundo de Investimento de Direitos Creditórios; IMA-B e IRF-M = índices de renda fixa calculados pela ANBIMA

5. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Considerando as expectativas na área econômica previstas pelos economistas do mercado econômico referentes ao ano de 2016, estas se concretizaram. Até mesmo pode ser considerado que ficaram melhores do que o que o mercado esperava.

Em consonância com o ano de 2015, o cenário financeiro do país em 2016 foi também de alta volatilidade nas aplicações financeiras. O mercado financeiro transcorreu em alto grau de risco, o primeiro semestre e até meados de setembro a família do IMA B foi atrativa, apesar da instabilidade política, o mercado financeiro ficou muito volátil, principalmente para as aplicações em renda de recursos oriundos de Títulos do Tesouro Nacional renda fixa e renda variável, ficando em condições de muita volatilidade, como também a rentabilidade dos ativos das carteiras dos Regimes Próprios de Previdência Social.

Analisando-se o cenário pelo foco das condições políticas, o fator preponderante que contribuiu para o começo da reabilitação das rentabilidades dos ativos brasileiros dos RPPS's, foi o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, e posterior ocupação do cargo por Michel Temer, Vice Presidente, trocando toda equipe econômica, quando o

mercado de renda fixa e variável começaram a ficar atrativos, retornando um pouco da credibilidade política, os investidores estrangeiros aos poucos voltaram a investir seus recursos no Brasil.

No cenário estrangeiro a volatilidade da família IMA ocorreu com a eleição Presidencial nos Estados Unidos da América, quando todos esperavam que Hillary Clinton vencesse as eleições, o candidato da oposição Donald Trump, ganhou a disputa presidencial dos Estados Unidos, onde, sacudiu com todo mercado financeiro internacional, com isso, o resultado não poderia ser outro, ocorrendo a queda de todos os indicadores da família IMA no cenário econômico brasileiro.

A taxa Selic, que estava elevada no transcurso de 2015, foi diminuindo aos poucos até chegar no patamar de 13,75% no final do ano, com o intuito de tentar conter ou diminuir o cenário interno de elevação da inflação.

A ausência de reformas fiscais e trabalhistas, bem como, a alta inflação, afetaram negativamente as empresas brasileiras, aonde muitas fecharam, e a consequência foi o aumento do desemprego no país.

Este foi o panorama dos principais fatores da que afetaram as rentabilidades dos investimentos no país, gerando efeitos sobre os rendimentos dos recursos

advindos do patrimônio líquido dos RPP's, ressaltando-se apenas que a troca de comando da Presidência e o começo da diminuição da taxa Selic em 13,75%, de certa forma contribuiu para melhorar os rendimentos dos fundos de renda fixa e renda variável. Apesar desse cenário de instabilidade, o Fapen teve um índice geral de rentabilidade positiva, até mesmo em função de haver estipulado uma meta atuarial mais arrojada para os padrões econômico/financeiros do país. Além de conseguir cumprir com o estipulado em seu benchmark, houve resultado superavitário em 9,20 % acima da meta atuarial, demonstrando a permanente consideração do Comitê de Investimentos do Instituto quanto aos seus objetivos, atribuições e responsabilidades. Com relação ao ano de 2017, a expectativa do Fapen é que será um ano com menos volatilidade para os fundos financeiros pela queda da inflação e da Taxa Selic, esperando um resultado positivo ao final do exercício.

6.DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS

Atendendo a Legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, em especial à Resolução CMN 3922/2010, o Instituto de Aposentadorias e Pensões de Campo Largo – FAPEN, inscrito no CNPJ

nº 05.067.274/0001-11, sendo elaborada pela Diretoria e Comitê de Investimentos, com aprovação do Conselho Gestor (Conselho Administrativo e Conselho Fiscal), a versão de sua Política de Investimento para o ano de 2017. Trata-se formalidade legal que fundamenta e norteia todo o processo de tomada de decisões relativa aos investimentos do Instituto, utilizado como instrumento necessário para garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e atuarial entre os seus ativos e passivos.

7. OBJETIVOS

A Política de Investimentos tem o papel de delimitar os objetivos do RPPS em relação à gestão de seus ativos.

É um instrumento que visa proporcionar uma melhor definição das diretrizes básicas e os limites de risco a que serão expostos os conjuntos de investimentos.

Trata ainda o presente da rentabilidade mínima a ser buscada pelos gestores, da adequação da Carteira dos ditames legais e da estratégia de alocação de recursos a vigorar no período de 01/01/2017 à 31/12/2017, buscando sempre atingir o equilíbrio econômico-financeiro, através da superação de meta atuarial.

Sempre serão considerados a preservação do capital, os níveis de risco adequados ao perfil do RPPS, a taxa esperada de retorno, os limites legais e operacionais, a liquidez adequada aos ativos, traçando-se uma estratégia de investimento focada principalmente a médio e longo prazo.

8. MODELO DE GESTÃO

O modelo de gestão das aplicações dos recursos que o Fapen adotará será o de “gestão própria”. A gestão própria, quando as aplicações são realizadas diretamente pelo órgão ou entidade gestora do regime próprio de previdência social, conforme previsto no § 1º parágrafo I, do Art. 15 da Resolução CMN 3922/2010.

8.1 Estrutura Organizacional para tomada de Decisões de Investimentos

A tomada de decisões quanto ao aspecto de investimentos será da Diretoria do Fapen acompanhado pelo Comitê de Investimentos deste Instituto.

Projeções Econômicas para 2017		
Variável	Indicador	Premissa
Inflação	IPCA	5,10%
Inflação	INPC	5,10%
Taxa de Juros	Selic	11,25% aa
Atividade Econômica	PIB	1,00%
Dólar	US\$	3,55
Bolsa de Valores	Ibovespa	66.000 pts

Fonte: Projeção elaborada com base na média feita pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Secretaria Municipal de Finanças e pela Diretoria do Fapen.

9. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A resolução 3922/2010, que delimita os limites e as possibilidades de aplicações das reservas financeiras dos Institutos de Previdência permite a aplicação em Renda Fixa e Renda Variável, o responsável pela elaboração da Política de Investimentos é o Diretor Geral - Sr. José Atilio Norberto, CPF 580.515.549-49.

No caso da Renda Fixa, permite aplicação direta em Títulos Públicos emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e Fundos de Investimentos descritos no artigo nº 7º da referida Resolução buscando sempre o retorno dos sub-índices do Índice do Mercado Anbima (IMA) ou Índice de Duração Constante

Anbima (IDkA), e o CDI, enquanto a Renda Variável está tratada no artigo seguinte.

Diante disso, fica aprovada a política de alocação de recursos do Fapen para 2017, na seguinte distribuição:

Segmento	Tipo	Percentual	Risco
Renda Fixa	Títulos Públicos (Selic)	Até 1%	Baixo
Renda Fixa	Cotas Fundos Investimentos condomínio aberto Art. 7º I,b.	Até 90%	Baixo
Renda Fixa	Operações compromissadas Lastreadas pelos títulos Selic	Até 2%	Baixo
Renda Fixa	Cotas de Fundos Investimentos Classificados em Renda Fixa ou referenciado em indicadores de desempenho em Renda fixa Índices IMA e IDkA (cond. Aberto) Art.7º, III, a e b	Até 8%	Baixo
Renda Fixa	Cotas de Fundos de Investimentos Classificados em Renda Fixa ou referenciado em Renda Fixa Art 7º, IV, a e b	Até 30%	Baixo
Renda Fixa	Depósitos Poupança Art. 7º, V, a e b	Até 2%	Baixo
Renda Fixa	Fundos Direitos Creditórios Condomínio Aberto Art 7º VI	Até 3%	Baixo
Renda Fixa	Fundos Direito Creditório Condomínio Fechado Art. 7º, VII, "a"	Até 1%	Baixo
Renda Fixa	Cotas de Fundos de Investimento em Renda Fixa denominado Crédito Privado Art. 7,º VII "b"	Até 3%	Baixo
Renda Variável	Cotas Fundos de Investimentos forma Condomínio aberto ref. IBrX ou IBrX 50 (Ibovespa) Art. 8º, I	Até 3%	Alto
Renda Variável	Cotas Fundos de Investimentos em ações índices ref. Em ações exclusivo Ibovespa, IBrX e IBrX 50 Art. 8º, II	Até 3%	Alto
Renda Variável	Cotas Fundo de Investimento ações Condomínio aberto índices referenciados em ações previstos art.II da Resolução 3922 Art. 8º, III	Até 3%	Alto

Segmento	Tipo	Percentual	Risco
Renda Variável	Fundos de Investimento Multimercado Condomínio aberto sem alavancagem Art. 8º, IV	Até 2%	Alto
Renda Variável	Cotas de Fundos de Investimentos em participações Condomínio Fechado- Art. V	Até 3%	Alto
Renda Variável	Cotas de fundos de Investiemntos em participações Condomínio Fechado Art. V	Ate 1%	Alto
Renda Variável	Cotas fundos de Investimentos Imobiliários com cotas negociadas na Bolsa de Valores Art. 8º, VI	Até 4%	Alto

Obs. O limite máximo para o segmento e Renda Variável será de até 20%. Para o segmento de Renda Fixa, de até 100%, o Benchmark comparativo será o IMA, IDkA , DI, Poupança, FIDC e Crédito Privado, para o segmento de Renda Variável será o índice Ibovespa, IBRX e o IBRX 50, Fundos de Investimentos Imobiliários, Fundos de Investimentos Multimercado, e Fundos de Investimentos em participações. Tanto no segmento de Renda Fixa quanto no de Renda Variável, podendo ser constituídos sob a forma de condomínio aberto ou fechado. Só haverá alocação de recursos aos Fundos enquadrados à Resolução CMN 3922/2010, bem como atendidas também as restrições do referido diploma legal (previstas no Artigo 23).

10. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS NOVOS GESTORES DE INVESTIMENTOS

Houve acompanhamento de seis em seis meses das Instituições Financeiras Credenciadas por este Instituto, sendo procedida avaliação periódica dos gestores, com o objetivo de examinar se os resultados obtidos são compatíveis com a meta de Política de Investimentos (conforme Portaria 440/13 MPS), em termos de rentabilidade e de risco

incorrido, assim como, em consonância ao que estabelece a legislação pertinente.

Existindo a necessidade de um novo gestor, para selecioná-lo, utilizar-se-ão de análises quantitativas e qualitativas, observando-se, prioritariamente, os pré-requisitos a seguir relacionados e/ou outros que permitam dar a maior segurança possível quanto a uma boa escolha,

conforme Instituições Financeiras Credenciadas por este Instituto:

a) Aspecto Qualitativo:

- tradição da empresa no mercado;
- sistema interno de informação;
- sistema interno de gerenciamento de risco;
- capacitação técnica ao atendimento dos objetivos do Fapen;
- fornecimento de relatórios necessários para estabelecer controle externo;
- qualidade no atendimento;
- compliance¹;
- taxas cobradas p/gestão de recurso X serviços
- Certidões atualizadas

b) Aspecto Quantitativo (análise dos Fundos De Investimentos)

- rentabilidade x Benchmark
- relação risco x retorno

c) Diretrizes para Gestão de Segmentos

O RPPS optou por gestão com perfil conservador, não se expondo a altos níveis de risco, no entanto, buscando

prêmios em relação ao benchmark adotado para a carteira.

Segmento de Renda Fixa:

Benchmark comparativo ao IMA, IDkA e DI, Poupança, FIDC e Crédito Privado, (em condomínio aberto ou fechado) e a rentabilidade mínima anual deverá ser a meta atuarial (IPCA + 6,00% a.a).

Segmento de Renda Variável:

comparativo ao índice Ibovespa, IBrX, IBrX 50, Fundos de Investimentos Multimercado e Fundos de Investimentos Imobiliários, (em condomínio aberto ou fechado) e Fundos de Investimentos em Participações e a rentabilidade mínima anual deverá ser a meta atuarial (IPCA + 6,00% a.a).

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista caso ocorram mudanças no cenário macroeconômico, pela eleição que ocorrerá nos Estados Unidos, fato este preponderante e basilar para toda economia, objetivando a otimização dos resultados dos investimentos e a integridade do patrimônio do Fapen.

¹ Compliance é o conjunto de disciplinas para fazer cumprir as [normas](#) legais e regulamentares, as políticas e as diretrizes estabelecidas para o negócio e para as atividades da [instituição](#) ou [empresa](#), bem como evitar, detectar e tratar qualquer desvio ou inconformidade que possa ocorrer.

12. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

12.a) Caixa e equivalente de caixa

Não apresentou alteração quanto a forma de contabilização em relação ao exercício anterior, cujo saldo apresenta-se zerado, fato este que difere do ano de 2015, no qual as contas movimento passaram para o exercício de 2016, com os seguintes saldos: CAIXA ECONÔMICA conta nº 10-1: R\$ 2.285,97; CAIXA ECONÔMICA conta nº 120-5: R\$ 3.076.772,51; BANCO DO BRASIL conta nº 12.278-5: R\$ 1.095,41; Totalizando o valor de R\$ 3.080.153,89, no exercício anterior (2015).

12.b) Créditos de curto prazo

A importância de R\$ 965.136,48 refere-se ao valor principal da dívida previdenciária de parcelamento da Prefeitura Municipal firmada com este Instituto, a ser recebido no exercício de 2017, conforme tabela abaixo, pela recompra da estação rodoviária e das ações da COCEL, do 13º salário dos anos de 2001 a 2003; e da NAF nº 792/2015.

	COCEL ²	RODOVIÁRIA ³	13º SALÁRIO ⁴	NAF 792/15 ⁵
Janeiro	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Fevereiro	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Março	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Abril	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Maio	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Junho	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Julho	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Agosto	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Setembro	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Outubro	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Novembro	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Dezembro	28.749,07	10.041,67	25.627,65	16.009,65
Total	344.988,84	120.500,04	307.531,80	192.115,80

Fonte: Dados extraídos da planilha de controle

² Lei Municipal nº 2294/2011

³ Lei Municipal nº 2294/2011

⁴ Lei Municipal nº 2357/2012

⁵ Lei Municipal nº 2727/2015

Já o valor total de R\$ 12,59 inscrito se refere a diferença da contribuição descontada do servidor da folha de pagamento de novembro de R\$ 12,48 e do décimo terceiro de R\$ 0,12, não sendo paga pelo município dentro do exercício.

12.c) Outros créditos a receber e valores a curto prazo

Foi inscrita na conta 11.3.8.1.01.00.00.00.00.00 alugueis a receber o valor de R\$ 42.443,58, valores estes a serem recebidos no mês subsequente, sendo eles: R\$ 1.210,95 da locação da sala para Central de Luto, R\$ 24.285,20 - Havan e R\$ 16.947,43 dos demais alugueis (Lojas Salffer e salas comerciais no Edifício Ilha de Manhattan).

12.d) Perdas em Títulos e Valores Mobiliários

O valor de R\$ 1.139.367,87 refere-se às perdas nas aplicações financeiras cujo valor foi contabilizado na conta do Realizável - 1.1.4.9.1.01.00.00.00.00.00 - Ajuste de Perdas em Títulos e Valores Mobiliários, por meio de inscrição via bancos e baixado por cancelamento, conforme orientação do Tribunal de Contas do Paraná, e por isso encontra-se com saldo zerado no Balanço Patrimonial.

Este valor pode ser comprovado na conta contábil 3.6.1.4.1.00.00.00.00.00.00.00 Redução a valor recuperável de Investimentos - consolidação, no grupo Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, constantes no Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais.

Saliento que ao compararmos R\$ 1.139.367,87 com as perdas do ano anterior - 2015 - que foram de R\$ 2.856.050,39, ainda tivemos uma variação positiva de 39,89%.

12.e) Investimentos e Aplicações Temporárias de Curto Prazo

Nesta conta encontram-se as aplicações na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil, sendo separadas por segmentos em renda fixa ou variável.

O total dos fundos de investimentos em renda fixa foi de R\$ 185.579.122,48 e de renda variável R\$ 2.770.487,52, os quais serão discriminados no item 12.h. por tipo de aplicação.

12.f) Prêmios de seguro a apropriar

Este item do prêmio de seguro a apropriar, contratado em 10/08/2016, o valor de 1.217,44, e que posteriormente foram baixadas as parcelas, resultaram em saldo de R\$ 913,09. Houve um erro e não foi baixada a 2º parcela no mês 10/2016, a qual foi regularizada no mês de fevereiro/17.

12.g) Créditos a Longo Prazo

O valor de R\$ 6.546.524,76 refere-se ao valor principal dívida previdenciária de parcelamento da Prefeitura Municipal firmada com este Instituto, a ser recebida nos exercícios subsequentes, pela recompra da estação rodoviária e das ações da COCEL, conforme disposto na Lei nº 2294/2011 e do 13º salário dos anos de 2001 a 2003 segundo a Lei nº 2357/2012; e parcelamento nº 792/2015 - NAF disposto na Lei nº 2357/2012.

12.h) Investimentos e aplicações de longo prazo

Nesta conta encontram-se as aplicações na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil e sendo separadas por segmentos em renda fixa, variável e imobiliário, bem como, a aplicação da taxa administrativa em conta separada. Abaixo estão discriminados todos os fundos correlacionados com os percentuais obtidos no exercício de 2016, compondo o relatório financeiro apresentado ao Comitê de Investimentos, em 13/01/2017 e demonstrativos bancários.

Caixa Econômica Federal

Caixa FI BR IMA-B TP RF

Rendimento do mês 2,8756%

Valor R\$ 5.284.101,75 (24,5601%)

Rend Jan 1,7801% Fev 2,2653% Mar 5,3139% Abr 3,9319% Mai 0,1376% Jun 1,9213% Jul 2,4815% Ag 0,8311% Set 1,5833% Out 0,6472% Nov -1,1654%

Caixa FI BR IMA GERAL

Rendimento do mês 1,9125%

Valor R\$ 5.101.926,07 (20,9436%)

Rend Jan 1,9675% Fev 1,6443% Mar 3,3378% Abr 2,9330% Mai ,3845% Jun 1,7590% Jul 1,6430% Ag 1,0231% Set 1,5802% Out 0,9897% Nov 0,0393%

Caixa FI Brasil IMA-B 5 TP RF LP

Rendimento do mês 1,3783%

Valor R\$ 4.867.082,80 (15,1911%)

Rend Jan 2,9113% Fev 1,5127% Mar 0,7347% Abr 1,5267% Mai 0,7774% Jun 0,9181% Jul 1,1909% Ag 1,0678% Set 1,3986% Out 0,4559% Nov 0,3776%

Caixa FI Brasil IRF-M RF LP

Rendimento do mês 1,8118%

Valor R\$ 12.852.013,33 (23,2600%)

Rend Jan 2,6236% Fev 1,6076% Mar 3,4020% Abr 3,5251% Mai 0,3464% Jun 2,0082% Jul 1,3379% Ag 0,9884% Set 1,9388% Out 1,2958% Nov 0,2680%

Caixa FI Brasil IDKA IPCA 2A RF LP

Rendimento do mês 1,2284%

Valor R\$ 21.902.005,52 (14,9427%)

Rend Jan 2,8698% Fev 1,3720% Mar 0,6174% Abr 1,6173% Mai 0,7952% Jun 0,8776% Jul 1,1060% Ag 1,2160% Set 1,3311% Out 0,4285% Nov 0,5708%

Caixa FI Brasil IRF-M1 TP RF**Rendimento do mês 1,1802%****Valor R\$ 35.839.889,39 (14,5809%)**

Rend Jan 1,6237% Fev 1,1005% Mar 1,2253%
Abr 1,1056% Mai 1,0526% Jun 1,0559%
Jul 1,0314% Ag. 1,1749% Set 1,1712%
Out 0,9432% Nov 1,0252%

Caixa FI Brasil 2018 I TP RF**Rendimento do mês 0,690%****Valor R\$ 1.280.769,00 (12,69%)**

Rend Jan 1,490% Fev 1,630% Mar 1,180%
Abr 0,910% Mai 1,240% Jun 1,110% Jul 0,860%
Ag 1,070% Set 0,800% Out 0,600%
Nov 0,750%

Caixa Rio Bravo Fundo de Inv FII**Rendimento do mês 1,47%****Valor R\$ 2.132.779,62 (16,12%)**

Rend Jan -5,31% Fev 2,95% Mar 6,98%
Abr 2,54% Mai 1,63% Jun -0,14% Jul 3,38%
Ag 0,72% Set 2,54% Out 2,43% Nov -3,07%

Caixa FI Brasil 2018 II TP RF**Rendimento do mês 1,130%****Valor R\$ 12.437.345,60 (14,71%)**

Rend Jan 3,220% Fev 1,350% Mar 0,410%
Abr 1,930% Mai 0,690% Jun 0,690% Jul 0,990%
Ag 1,290% Set 1,340% Out 0,400%
Nov 0,620%

Caixa FI Brasil IMA B 5+ TP RF LP**Rendimento do mês 3,7046%****Valor R\$ 2.442.650,50 (15,2446%)**

Rend Abr 5,2860% Mai -0,8019% Jun 2,5773%
Jul 3,3418% Ag 0,8248% Set 1,6642%
Out 0,6999% Nov -2,0510%

Caixa FI Brasil 2020 III TP RF**Rendimento do mês 1,590%****Valor R\$ 2.340.130,00(17,95%)**

Rend Jan 3,580% Fev 2,660% Mar 1,120%
Abr 2,300% Mai 0,340% Jun 0,340% Jul 1,590%
Ag 1,210% Set 1,460% Out 0,450%
Nov 0,100%

Caixa FI Brasil IRF-M 1+ TP RF LP**Rendimento do mês 2,0801%****Valor R\$ 6.901.680,45 (6,6831%)**

Rend Ag 0,8955% Set 2,3133% Out 1,4400%
Nov -0,0458%

Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica**Rendimento do mês 1,2990%****Valor R\$ 1.500.649,26 (1,6862%)**

Rend Nov 0,3872%

Sub-Total Caixa Economica**Valor R\$ 116.216.039,29****Caixa FI Brasil 2024 I TP RF****Rendimento do mês 1,770%****Valor R\$ 1.333.016,00 (22,70%)**

Rend Jan 1,590% Fev 3,770% Mar 4,060%
Abr 3,980% Mai 0,560% Jun 0,730% Jul 2,23%
Ag 1,38% Set 1,12% Out 0,26% Nov -0,200%

COMPREV**Rendimento do mês 1,1802%****Valor R\$ 17.941.573,78 (14,5809%)**

Rend Jan 1,6237% Fev 1,1005% Mar 1,2253%
Abr 1,1056% Mai 1,0526% Jun 1,0526%
Jul 1,0314% Ag 1,1749% Set 1,1749%
Out 0,9432% Nov 0,9432%

Total Caixa Econômica Federal**Valor R\$ 134.157.613,07****BANCO DO BRASIL****BB PREVID RF IDKA 2****Rendimento do mês 1,2493%****Valor R\$ 26.494.340,04 (13,9897%)**

Rend Jan 3,0177% Fev 1,3261% Mar 0,5260% Abr 1,6589% Mai 0,7589% Jun 0,8204% Jul 1,0562% Ag 1,2823% Set 1,3483% Out 0,4168% Nov 0,5352%

BB PREVID RF IMA-B**Rendimento do mês 2,8848%****Valor R\$ 3.078.739,77 (20,9889%)**

Rend Jan 1,8751% Fev 2,2139% Mar 5,1567% Abr 3,8870% Mai -0,1418% Jun 1,8362% Jul 2,4622% Ag 0,9843% Set 1,6430% Out 0,6463% Nov -1,2082%

BB PREVID RF IMA-B TP**Rendimento do mês 2,8902%****Valor R\$ 2.904.967,61 (22,2939%)**

Rend Jan 1,8282% Fev ,2353% Mar 5,3292% Abr 3,9040% Mai -0,1198% Jun 1,9041% Jul 2,5027% Ag 0,8900% Set 1,5637% Out 0,6232% Nov -1,2569%

BB PREVID RF IRF-M**Rendimento do mês 1,8072%****Valor R\$ 16.379.930,29(21,1137%)**

Rend Jan 2,7343% Fev 1,5712% Mar 3,3765% Abr 3,5091% Mai 0,2842% Jun 2,0600% Jul 1,3159% Ag 0,9836% Set 1,9573% Out 1,2287% Nov 0,2857%

BB PREVID IPCA III**Rendimento do mês 1,6430%****Valor R\$ 1.526.683,10 (18,3920%)**

Rend Jan 2,7441% Fev 2,7169% Mar 1,7625% Abr 2,5250% Mai 0,4658% Jun 0,8954% Jul 1,5873% Ag 1,4511% Set 1,7519% Out 0,5394% Nov 0,3096%

BB Prev RF Perfil**Rendimento do mês 1,1335%****Valor R\$ 18.050.318,70 (13,0675%)**

Rend Jan 1,0535% Fev 0,9659% Mar 1,1123% Abr 0,9814% Mai 1,1410% Jun 1,0651% Jul 1,1303% Ag 1,2540% Set 1,1146% Out 1,0672% Nov 1,0487%

BB Prev Ações Alocações**Rendimento do mês -1,7909%****Valor R\$ 1.213.955,75 (25,4864%)**

Rend Jan -6,4723%Fev 4,6803%Mar 9,4991% Abr 5,7368% Mai -7,4581% Jun 5,2894% Jul 10,9090% Ag 0,5750% Set 0,3099% Out 11,1030% Nov -6,8948%

BB PREV TP IPCA II**Rendimento do mês 1,3508%****Valor R\$ 1.989.360,74 (14,7725%)**

Rend Jan 2,9357% Fev 1,7285% Mar 0,7939% Abr 1,7536% Mai 0,7612% Jun 0,9073% Jul 1,2535% Ag 1,0533% Set 1,4031% Out 0,4268% Nov 0,4048%

BB PREV RF TP VII

Rendimento do mês 1,4183% Valor
R\$ 1.761.681,47 (13,8914%)

Rend Jan 2,3762% Fev 1,5404% Mar
1,0195% Abr 1,5387% Mai 0,9617% Jun
1,0256% Jul 1,2893% Ag 0,8583% Set
1,3975% Out 0,4495% Nov 0,2997%

BB PREV TP VIII FI

Rendimento do mês 1,1016%

Valor R\$ 2.666.055,38 (14,4422%)

Rend Jan 2,2723% Fev 1,1891% Mar
1,3740% Abr 1,1055% Mai 1,0286% Jun
1,0041% Jul 1,0353% Ag 1,1700% Set
1,1388% Out 1,0064% Nov 1,0165%

BB PREVID RF TP IX

Rendimento do mês 1,1224%

Valor R\$ 167.575,18 (12,5214%)

Rend Jan 1,8065% Fev 1,0188% Mar
0,8363% Abr 0,8777% Mai 1,3422% Jun
1,2673% Jul 1,1321% Ag 0,6948% Set
1,3339% Out 0,4083% Nov 0,6810%

BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA

Rendimento do mês 1,9274% Valor
R\$ 1.556.531,77 (4,1640%)

Rend Set 1,5659% Out 0,9115% Nov -
0,2408%

BB PREV RF TP XII FI

Rendimento do mês 1,1242%

Valor R\$ 8.159.801,23 (1,7957%)

Ren Nov 0,6715%

**FII RB CAPITAL RENDA II Fundo
Imobiliário**

Valor R\$ 997.738,22

Total Banco do Brasil

Valor R\$ 86.947.679,25

Total Geral Valor R\$ 221.105.292,32

Média Caixa Econômica Federal 1,7200%

Média Banco do Brasil
1,3700%

Média Geral
1,5400%

A meta atuarial para o exercício de 2016 era de 12,29%, no entanto, o Instituto atingiu 21,49%, tendo superávit de 9,20%.

12.i) Depreciação

Em cumprimento as NBC T⁶ 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão, visando atender as Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público (IPSAS); o Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público (MCASP) – Portaria STN n° 437/2012; Resoluções n° 1027/2005 e n° 1.136/2008 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCT 19.5, Tabela de Depreciação de bens – IN SRF n° 162/98 - RIR 1999 – Receita Federal, além de outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, foi realizada a contabilização da depreciação dos bens móveis e imóveis deste Instituto, conforme a resolução n° 85, de 21 de dezembro de 2016, na qual encontra-se a adoção do método linear, a tabela dos bens com prazo de vida útil, taxa anual e valor residual.

1) Para a classe de imobilizado, bens móveis:

a) a vida útil: a contar da data de aquisição obtida na nota fiscal do bem, com período de utilização desde a sua compra.

b) o valor contábil: o valor do bem registrado na contabilidade, obtido na nota fiscal.

2) Para a classe de imobilizado, bem imóvel:

a) a vida útil: 20 a 30 anos.

b) o valor contábil: o valor do bem registrado na contabilidade baseado no valor venal.

Cabe ressaltar, que o Edifício da sede teve o cálculo da depreciação paralisado no mês de novembro/2016, tendo em vista que houve a reavaliação no mês subsequente.

Outro fato importante é que o veículo, não foi depreciado corretamente no decorrer ano de 2016, conforme consta no art. 5° da Resolução n° 85/2016.

Além disso, as propriedades para investimentos não são depreciadas, pois existe reavaliação anual e atualização dos valores no balanço.

12.j) Propriedades para Investimentos

A comissão de avaliação de imóveis do FAPEN, composta por servidores estatutários da Prefeitura Municipal de Campo Largo, realizou duas reuniões constando em atas, do dia 17/11/2016 e 01/12/2016, deliberando sobre a reavaliação de bens imóveis para o exercício de 2016, orientados por avaliador externo, em específico a Imobiliária Acesso, cujo critério utilizado foi o valor justo (ou de mercado), apontando que patrimônio sofreu variação positiva de R\$ 2.627.816,85 onde era R\$ 26.432.573,38 no ano de 2015 e passou para

⁶ NBC T: Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público

R\$ 29.060.390,23 no ano de 2016, ou seja, houve aumento de 9,04%.

13. PASSIVO - BALANÇO PATRIMONIAL

13.a) Fornecedores e contas a pagar curto prazo/ restos a pagar

O valor de R\$ 426,35 refere-se a despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício de 2016.

A inscrição dos restos a pagar para o ano de 2017 foi de R\$ 115.155,80, sendo composto por R\$ 426,35 de restos a pagar processados e R\$ 114.726,45 de restos a pagar não processados, valores estes que totalizam a dívida flutuante, conforme consta no Anexo 17, conforme cita o art. 101 da Lei nº 4.320/64.

13.b) Benefícios Previdenciários a Pagar (passivos judiciais)

Os registros dos precatórios encontram-se discriminados por número, nome e valor, no Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada.

O valor de R\$ 122.809,82, constante na conta de Pessoal a Pagar (Passivo Não Circulante) do Balanço Patrimonial, refere-se aos precatórios nº 1/2016 - Marilena da Conceição Falarz - processo nº 0000220-07.2015.8.16.7000, no valor de R\$

48.978,17; nº 2/2016 - Izabel Aparecida Cordeiro - processo nº 0000133-51.2015.8.16.7000, no valor de R\$ 30.284,87 e nº 3/2016 - Lurdes Selusnhaki Fabricio, no valor de R\$ 43.546,78.

Cabe ressaltar que, os demais precatórios, em trâmite, ainda não contabilizados, serão escriturados assim que o Instituto tomar conhecimento das informações, por meio de processos protocolados na prefeitura municipal de campo largo, os quais geralmente são entregues até o dia 30/06 para pagamento até o ano posterior .

13.c) Provisões Matemáticas Previdenciárias

O montante lançado nesta conta refere-se ao cálculo atuarial realizado, em 31/07/2016, emitido pelo Sr. Vinicius Alexandre Bietkoski – atuário – MIBA 1241 e Fernando Traleski – atuário – MIBA 1291.

O cálculo atuarial foi realizado através dos levantamentos de dados da população (servidores estatutários ativos, aposentados e pensionistas), no qual foi apurado os recursos necessários (reservas matemáticas, déficit ou superávit atuarial) para garantir os benefícios (aposentadorias e pensões) oferecidos pelo plano previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de Campo Largo PR, através dos resultados apresentados no cálculo atuarial. Foi possível

verificar o histórico e a evolução da entidade como um todo, de forma a determinar estratégias que permitam que o Regime Próprio de Previdência Social da Prefeitura Municipal de Campo Largo PR, se adapte as novas realidades previdenciárias.

A base cadastral do Regime Próprio de Previdência Social do Município de CAMPO LARGO, utilizada para apuração dos resultados atuariais com data base de **dez/2015**, possui um total de 3287 servidores sendo 2607 ativos, 546 inativos, 134 pensionistas.

Destaca-se que a avaliação atuarial é o estudo técnico baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada. Seu papel é avaliar o plano de custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para que esse se mantenha equilibrado e para que seja garantida a continuidade do pagamento dos

benefícios cobertos por ele. Além de subsidiar o preenchimento do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), exigido anualmente pelo Ministério da Previdência Social, a avaliação atuarial é encaminhada como anexo do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias ao Poder Legislativo.

Data base	31/12/2014	31/12/2015
Exercício	2015	2016
1. Valor do Ativo ⁷	R\$ 193.506.171,26	R\$ 224.665.875,38
2. Valor da Provisão Matemática	R\$ 293.844.846,77	R\$ 391.996.873,24
3. Valor do Resultado Atuarial	(R\$ 103.126.827,14)	(R\$ 170.654.474,60)
4. Valor do Aporte para cobertura do déficit atuarial	R\$ 2.788.151,63	R\$ 3.323.476,74

Fonte: Dados extraídos do Laudo Atuarial de 19/03/2013, feito pela OADCON Assessoria Previdenciária, além dos laudos posteriores emitidos pela Empresa Actuary.

⁷ Ativo do Plano: é representado pelo valor patrimonial acumulado e créditos a receber, para fazer frente aos pagamentos dos benefícios previdenciários já concedidos e a conceder. O Ativo do plano em relação ao Custo Total pode resultar em três situações: • Ativo do Plano maior que o Custo Total, neste caso a situação é superavitária e o resultado é denominado Superávit – Técnico. • Ativo do Plano igual ao Custo Total, neste caso a situação é equilibrada, não havendo resultado. • Ativo do Plano menos que o Custo Total, neste caso a situação é deficitária e o resultado é denominado Déficit – Técnico.

SITUAÇÃO DO PLANO

Segundo os resultados obtidos na avaliação realizada, o Regime Próprio de Previdência Social de Campo Largo, possui um Déficit Técnico Atuarial ou Custo Suplementar de R\$ 170.836.662,44.

Alguns possíveis fatos geradores do Custo Suplementar ou déficit técnico atuarial são: o Ativo do Plano na data base de 31/12/2015 no patamar de R\$ 224.483.687,54, acima mencionado, é insuficiente para dar cobertura à soma dos compromissos com benefícios já concedidos e a conceder.

Outras causas do custo suplementar⁸ são o déficit de tempo de serviço passado e déficits constituídos após a criação do fundo por insuficiência de contribuições ou falta de ganhos financeiros/ perdas atuariais.

O aporte realizado pelo Município foi no valor de R\$ 3.323.476,74, conforme disposto na Lei nº 2847, de 21/12/2016.

13.d) Hipóteses Atuariais

Conforme Portaria do MPAS n.º 403 de 10 de dezembro de 2008 seguem

abaixo as hipóteses atuariais adotadas nesta avaliação:

As tábuas biométricas utilizadas foram escolhidas em função do evento gerador:

- ✓ Tábua de Sobrevivência de Válidos e Inválidos – Tábua atual de mortalidade elaborada para ambos os sexos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- ✓ Tábua de Entrada em Invalidez – ÁLVARO VINDAS;
- ✓ Tábua de Mortalidade de Inválidos – experiência IAPC;
- A taxa de rotatividade considerada nula;
- Expectativa de Reposição de Servidores Ativos adotada 1:1;
- Composição familiar foi informada na base cadastral;
- O fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários encontrado foi de 100% ao ano;
- O fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios encontrado foi de 100% ao ano;

⁸ Custo Suplementar é o valor que corresponde às necessidades de custeio, é destinado ao equacionamento de déficits gerados pela ausência ou e insuficiências de alíquotas de contribuição, metodologia inadequada, hipótese atuariais ou outras causas, que demonstra a insuficiência do ativo do plano para cobertura as reserva matemática;

13. e) Saldo dos atos potenciais ativos e passivos

No ano de 2002 o Fapen, sob orientação do então Secretário Municipal de Finanças e Orçamento, aplicou o equivalente a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) em ações da Petrobras, Itaú, Gerdau, Eletrobrás, Sabesp e Embraer.

Contudo a partir do ano de 2004 estas ações adquiridas, vendidas e renegociadas por meio da aquisição de novas ações, algo feito apesar dos riscos, sem autorização do Conselho Gestor do Fapen, concretizando 4.400 movimentações e sobre as quais incidiram corretagens.

No ano de 2007 com a mudança de gestão do Instituto, descobriu-se o que tinha ocorrido, após contratada uma auditoria externa e apurado o fato, a mesma concluiu que tal valor havia desaparecido, quer por aplicações erradas quer por pagamento de comissões.

Tão logo se tomou conhecimento dos fatos, o Fapen ingressou com Ação Civil, que corre na 1ª Vara Civil do Foro Regional de Campo Largo, sob o nº 19990/2011; e outra ingressada pelo Ministério Público. Segundo informações cedidas pelo Dr. Nelson Rachinski: "**Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº. 0001130-43.2011.8.16.0026, proposta pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões de Campo Largo – FAPEN contra Evaldo**

Pissaia, C&D Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários e Antonio Peixoto Cherem, da 1ª. Vara Cível do Foro Regional de Campo Largo, foi objeto de conexão, pela Juíza que preside a causa, com a Ação Civil Pública nº. 0009694-74.2012.8.16.0026, para ser instruída processualmente de forma unificada, por se tratar de procedimento de iniciativa do Ministério Público do Estado do Paraná, com objeto assemelhado.

Atualmente, as duas ações tramitam concomitantemente, para julgamento conjunto, tendo sido apresentadas as manifestações preliminares de Vilson Ronald Ribas Deconto e de Angela Tereza Moreira Silveira Zanin, que ainda não haviam sido notificados.

Em paralelo, foi aparelhado pedido de tutela provisória cautelar de urgência em caráter incidental, pelo Ministério Público do Estado do Paraná, pedindo a decretação da indisponibilidade dos bens em nome de Evaldo Pissaia, que ainda não foi decidido pelo Juiz da causa."

No item de obrigações contratuais a executar encontra-se o valor de R\$ 49.014,99, referente aos restos a pagar que possuem contratos firmados em 2015, já no ano de 2016 o valor foi de R\$ 113.690,53, os quais se encontram discriminados nominalmente e por valor individualmente.

13. f) PASEP

Segundo pesquisa realizada, o entendimento do FAPEN frente ao pagamento do PASEP é o mesmo do Sr. Carlos Eduardo de Moraes autor da explicação que segue abaixo, onde demonstra a inviabilidade financeira dos RPPSs ao realizar o recolhimento do PASEP:

" PASEP x TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

O Ministério da Previdência Social, entende que, a despesa efetuada com o recolhimento da contribuição para o PASEP, deve entrar no montante das despesas administrativas dos RPPS, despesas estas regulamentadas através da Portaria MPS nº 402 de 10 de dezembro de 2008, porém, quando da verificação do artigo 15 da referida portaria, nos deparamos com o seguinte texto:

PORTARIA Nº 402, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008

Art. 15. Para cobertura das despesas do RPPS, poderá ser estabelecida, em lei, Taxa de Administração de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que:

I - será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio; “ (Nosso grifo)

Se observarmos bem a portaria é clara ao expressar que a despesa efetuada com a taxa de administração deverá ser utilizada para administração da unidade gestora, ou seja deverá ser utilizada para gastos tais como, pessoal administrativo, despesas com serviços, conservação de bens, material de consumo e até aquisição de patrimônio,

desde que este patrimônio não seja para investimento.

Desta forma temos que, se pagamos a folha de pagamento, e seus encargos, dos funcionários, que prestam serviços ao RPPS, deveremos incluir estes gastos no montante dispendido com taxa de administração, da mesma forma se contratamos uma assessoria ou consultoria para prestação de serviços a este RPPS esta despesa também deverá ser computada no cálculo das despesas da taxa de administração e etc.

Observado e entendido que a taxa de administração dos RPPS é única e exclusivamente utilizada para gastos administrativos da Unidade Gestora da previdência municipal, entendemos que o PASEP não deve ser considerado no montante destes gastos, pois a contribuição ora referida em nada contribui para a administração do RPPS.

O PASEP foi instituído pela Lei Complementar Federal nº 8 de 03 de dezembro de 1970 e serve, como o próprio nome o diz, para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor, desta forma não se destina em nenhum momento para a administração dos RPPS.

Vejamos que, sem entrar no mérito de qual a base de cálculo para esta contribuição, o PASEP se recolhido ou não para os cofres públicos pelos RPPS, em nada contribuiu para a administração destes, ou seja não melhorou, não aumentou, não diminuiu ou alterou os serviços administrativos da Unidade Gestora, concluindo-se que esta despesa não pertence à categoria de despesas utilizadas com a taxa de administração dos RPPS, como prevê a portaria anteriormente referida.

Ademais vejamos que, a principal função dos RPPS é a de capitalizar as contribuições através de aplicações financeiras, e estas aplicações financeiras, geram receitas, que devem ser utilizadas exclusivamente, para pagamento dos benefícios e despesas

administrativas, a tendência é de que a receita realizada com as contribuições e rendimentos financeiros sejam crescentes, se assim o for teremos que a despesa com PASEP sempre estará aumentando e em determinado momento a despesa com o PASEP influenciará tanto na despesa administrativa que não haverá dinheiro para pagar as “reais” despesas administrativas, pois o aumento de arrecadação de receita irá aumentar a base de cálculo para recolhimento de PASEP.

Em outra explicação, sem entrar no mérito da base de cálculo ou se há bitributação, ao calcularmos a incidência de 1 % sobre as receitas do RPPS, teremos em determinado momento a despesa sendo utilizada somente para pagamento do PASEP, pois se aumentamos nosso patrimônio, função principal dos RPPS, com a entrada de receitas de contribuições e rendimentos, estaremos também aumentando consideravelmente a contribuição para o PASEP, desta forma chegaremos em determinado momento que deveremos escolher entre recolher o PASEP ou utilizar os recursos para pagamento de despesas administrativas reais.

Como exemplo, vejamos a seguinte situação, o RPPS do Município X tem como limitação para seus gastos administrativos o valor de R\$ 120.000,00 e suas despesas administrativas reais somam o montante de R\$ 100.000,00 durante o exercício, temos também que este RPPS deve contribuir ao PASEP o valor de R\$ 30.000,00 neste mesmo exercício, se somarmos o montante da despesa administrativa real com a despesa de recolhimento do PASEP, teremos um montante de R\$ 130.000,00, montante este que se dispendido terá ultrapassado o limite imposto pela normativa.

No caso acima exemplificado o que deverá fazer o RPPS, não pagar os funcionários, não pagar os prestadores de serviços, não adquirir suprimentos para o bom funcionamento do RPPS ???

Finalizando, entendemos que, para a melhor administração dos RPPS e para que estes não infrinjam nenhuma normativa o PASEP deve ser desconsiderado para o montante dos gastos efetuados com a taxa de administração, SMJ.

LEI GERAL DA PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

LEI No 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

III - as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo e inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6º, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em

parâmetros gerais; (Redação dada pela Medida)

PORTARIA Nº 402, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008

Art. 15. Para cobertura das despesas do RPPS, poderá ser estabelecida, em lei, Taxa de Administração de até dois pontos percentuais do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, observando-se que:

I - será destinada exclusivamente ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora do RPPS, inclusive para a conservação de seu patrimônio;

II - as despesas decorrentes das aplicações de recursos em ativos financeiros não poderão ser custeadas com os recursos da Taxa de Administração, devendo ser suportadas com os próprios rendimentos das aplicações;

III - o RPPS poderá constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os fins a que se destina a Taxa de Administração;

IV - para utilizar-se da faculdade prevista no inciso III, o percentual da Taxa de Administração deverá ser definido expressamente em texto legal;

V - a aquisição ou construção de bens imóveis com os recursos destinados à Taxa de Administração restringe-se aos destinados ao uso próprio da unidade gestora do RPPS;

VI - é vedada a utilização dos bens adquiridos ou construídos para investimento ou uso por outro órgão público ou particular em atividades

assistenciais ou quaisquer outros fins não previstos no inciso I.

§ 1º Na hipótese de a unidade gestora do RPPS possuir competências diversas daquelas relacionadas à administração do regime previdenciário, deverá haver o rateio proporcional das despesas relativas a cada atividade para posterior apropriação nas rubricas contábeis correspondentes, observando-se, ainda, que, se a estrutura ou patrimônio utilizado for de titularidade exclusiva do RPPS, deverá ser estabelecida uma remuneração ao regime em virtude dessa utilização.

§ 2º Eventuais despesas com contratação de assessoria ou consultoria deverão ser suportadas com os recursos da Taxa de Administração.

§ 3º Excepcionalmente, poderão ser realizados gastos na reforma de bens imóveis do RPPS destinados a investimentos utilizando-se os recursos destinados à Taxa de Administração, desde que seja garantido o retorno dos valores empregados, mediante processo de análise de viabilidade econômico-financeira.

§ 4º O descumprimento dos critérios fixados neste artigo para a Taxa de Administração do RPPS significará utilização indevida dos recursos previdenciários e exigirá o ressarcimento dos valores correspondentes.

Autor: Carlos Eduardo de Moraes"

14. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

De acordo com a Lei nº 4.320/64, art. 102, o balanço orçamentário (BO) demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

As receitas e despesas são classificadas de acordo com a natureza econômica: correntes e de capital.

Pertencem ao exercício as receitas nela arrecadadas e as despesas nela empenhadas.

A análise do balanço orçamentário gera informações complementares acerca da influência da execução orçamentária no atingimento dessas metas fiscais. Saliento que a diferença orçamentária total da receita com a despesa, na ordem de R\$ 1.200.000,00, refere-se à taxa administrativa, que é um ingresso para o RPPS e um egresso para a Prefeitura Municipal, aonde após a consolidação dos balanços esta diferença se anula.

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário que integra o cálculo do resultado orçamentário. O superávit financeiro não é receita do exercício de

referência, pois já o foi em exercício anterior, mas constitui disponibilidade para utilização no exercício de referência. Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício de referência, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais porque aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação. Tanto o superávit financeiro utilizado quanto a reabertura de créditos adicionais estão detalhados no campo SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, do Balanço Orçamentário.

Ao analisar a diferença entre as receitas realizadas de R\$ 58.578.976,15 e a previsão atualizada de R\$ 46.338.000,00, tem o saldo positivo de R\$ 12.240.976,15, que representa que foi arrecadado mais do que foi previsto, ou seja, houve 26% de excesso de arrecadação, que pode ser demonstrado pela equação abaixo:

1) Execução da receita

$$ER = RE^9 / RP^{10}$$

$$ER = 58.578.976,15 / 46.338.000 = 126\%$$

2) Equilíbrio Orçamentário

$$EqO = \text{Despesa Fixada} / \text{Receita Prevista}$$

$$EqO = 47.538.000,00 / 46.338.000,00 = 1,02$$

⁹ RE: Receita Executada

¹⁰ RP: Receita Prevista

No caso como a despesa fixada foi maior que a receita prevista, em 2%, isto evidenciará o quanto foi aberto de crédito suplementar, demonstrando que foram utilizados créditos suplementares provenientes de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial. Fato este também comprovado. Ao analisar a coluna da previsão inicial com a coluna da previsão atualizada, verificou-se que foi utilizado o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.000.000,00, conforme Resolução nº 69 de 07/12/2016, publicada em 08/12/2016, sendo demonstrado na comparação da dotação inicial com a dotação atualizada, no grupo de despesas correntes na linha de pessoal e encargos.

$$3) CCA^{11} = EA^{12} / CAB^{13}$$

$$CCA = 12.240.976,15 / 1.000.000,00 = 12,24$$

Como o resultado da equação foi maior do que 1, indica que o excesso de arrecadação foi maior do que os créditos adicionais abertos, ou seja, demonstra quanto o excesso de arrecadação representou de cobertura para os créditos adicionais abertos.

4) Execução da Despesa - ED

$$ED = \text{Despesa Executada} / \text{Despesa Fixada}$$

$$ED = 19.954.106,34 / 47.538.000,00 = 0,41$$

Nesta análise é demonstrado o quanto do valor da despesa fixada foi usada pela despesa executada.

Como o índice foi menor do que 1, significa que foi aplicado apenas 41% da despesa fixada no orçamento, ou seja, houve economia de dotação. Ao comparar o total da dotação atualizada das despesas orçamentárias, de R\$ 48.538.000,00, com o total das despesas empenhadas, de R\$ 19.954.106,34, houve um resultado positivo de R\$ 28.583.893,66.

5) Resultado Orçamentário - RO

$$RO = \text{receita executada} / \text{despesa empenhada}$$

$$RO = 58.578.976,15 / 19.954.106,34 = 2,93$$

O resultado dessa equação demonstra a existência de um superávit orçamentário, de 193%, na ordem de R\$ 38.624.869,81, sendo o valor da diferença de R\$ 58.578.976,15 da receita realizada com R\$ 19.954.106,34 da despesa empenhada.

Quando as receitas realizadas forem superiores às despesas empenhadas, essa diferença será lançada na linha SUPERÁVIT, fato que ocorreu, conforme já citado.

6) Análise dos restos a pagar

Ao calcular o total da despesa empenhada R\$ 19.954.106,34 menos o total da paga R\$ 19.838.950,54, vai resultar o valor de R\$ 115.155,80, correspondente ao total de restos a pagar.

¹¹ CCA: cobertura dos créditos adicionais

¹² EA: excesso de arrecadação

¹³ CAB: créditos adicionais abertos

Para apurar os restos a pagar não processados, utiliza-se o saldo da despesa empenhada de R\$ 19.954.106,34 e desconta do total liquidado de R\$ 19.839.376,89, que resulta o valor de R\$ 114.729,45.

E para encontrar os restos a pagar processados calcula-se a diferença de R\$ 115.155,80 com R\$ 114.729,45, apurando o valor de R\$ 426,35.

14. BALANÇO FINANCEIRO

Conforme cita o art. 103 da lei nº 4.320/64:

"O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte."

Conforme consta no Balanço Financeiro – Anexo 13, o total de Receitas Orçamentárias foi de R\$ 43.017.802,04 e de Despesas Orçamentárias foi de R\$ 16.338.594,14 para o ano de 2015, já para o ano de 2016 foram de R\$ 58.578.976,15 para receitas e de R\$ 19.954.106,34 para despesas, resultando em acréscimo de 36% para receitas e 22% para despesas, tendo aumento líquido de 14%.

1) Execução Orçamentária - EO

$EO = \text{receita orçamentária} / \text{despesa orçamentária}$

$$EO = 58.578.976,15 / 19.954.106,34 = 2,93$$

Esta análise é idêntica ao item 5, do Balanço Orçamentário.

2) Financeiro Real da Execução Orçamentária - FREO

$$FREO = RO^{14} / DOP^{15}$$

$$FREO = 58.578.976,15 / 19.838.950,54 = 2,95$$

Esta equação demonstra a proporção entre a receita orçamentária e a despesa paga, isto é, consideradas pelo regime de caixa. Como o resultado da equação foi de 2,95, indicou que existe R\$ 2,95 de receita orçamentária para cada 1,00 de despesa orçamentária paga.

3) Execução Orçamentária Corrente - EOC

$$EOC = RC^{16} / DC^{17}$$

$$EOC = 58.578.976,15 / 19.838.940,54 = 2,95$$

O resultado obtido acima demonstra o quanto a receita corrente recebida representa em relação à despesa corrente paga, com resultado maior que 1, significa que há um superávit corrente, pois existe R\$ 2,95 da receita corrente para cada R\$ 1,00 de despesa corrente.

4) Execução Extraorçamentária

$EEO = \text{receita extraorçamentária} / \text{despesa extraorçamentária}$

¹⁴ RO: Receita Orçamentária

¹⁵ DOP: Despesa Orçamentária Paga

¹⁶ RC: Receita Corrente

¹⁷ DC: Despesa Corrente Paga

$$EEO = 2.669.331,45/3.743.757,80 = 0,71$$

Este resultado reflete uma diminuição da dívida flutuante, por consequência, diminuição do passivo financeiro, no Balanço Patrimonial, porém refletiu a utilização de recursos financeiros, deduzindo as disponibilidades existentes.

As transferências financeiras recebidas são ingressos, que a Câmara e a Prefeitura efetuam mensalmente, que corresponde a 1,5 % da base de cálculo da folha de pagamento, denominada taxa administrativa. O Município e a Câmara Municipal repassaram 16,87% a mais, em relação ao ano anterior. A prefeitura repassou em 2015 o valor de R\$ 1.032.497,27 e em 2016 o valor de R\$ 1.206.710,36. A Câmara Municipal repassou R\$ 16.879,40 em 2015 e R\$ 19.703,70 em 2016. O montante de transferências financeiras recebidas foi de R\$ 1.226.414,06 para o ano de 2016 e de R\$ 1.049.376,67 para o de 2015. Não houve transferências concedidas neste período analisado, nem no exercício anterior.

Na linha dos recebimentos extraorçamentários apontou-se o valor de R\$ 2.151.218,14 para o ano de 2015 e R\$ 2.669.331,45 para o de 2016, ou seja, um acréscimo de 24%. Na mesma linha, só que do lado dos dispêndios, os pagamentos extraorçamentários para o ano de 2015 foram de R\$ 5.032.505,75 e para o de 2016 foram de R\$ 3.743.757,80, apurando-se

uma variação deficitária de 26%. Ressalto que, em 2016, o valor dos recebimentos extraorçamentários foi composto pelo total inscrito das contas de consignação no valor de R\$ 2.554.175,65, somados ao valor de R\$ 115.155,80 dos restos a pagar¹⁸. Já o valor dos pagamentos extraorçamentários é composto pela baixa de consignação R\$ 2.567.079,08 deduzidos dos estornos da baixa de R\$ 12.903,43, mais os pagamentos dos restos a pagar de R\$ 50.214,28, e adicionados aos ajustes de perdas em aplicações R\$ 1.139.367,87.

O saldo final em espécie do exercício anterior foi de R\$ 157.481.137,84 e o do Exercício de 2016 de R\$ 182.328.434,80, tendo variação positiva de 15%, valor este que é igual ao saldo em espécie para o exercício seguinte, na coluna do exercício anterior, na parte de dispêndios.

O saldo que será transferido para o exercício seguinte, encontrado em 2016, foi de R\$ 221.105.292,32 que deduzido do valor de R\$ 182.328.434,80 (exercício anterior), resulta em variação positiva de caixa na ordem de R\$ 38.776.857,52, conforme se comprova na apuração do fluxo de caixa¹⁹ do período.

¹⁸ Lei 4320/64, art. 103, Parágrafo único: Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

¹⁹ IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (Versão publicada em: 23/12/2014)

5) Resultado da Execução Financeira - REF

$$\text{REF} = \frac{(\text{RO}^{20} + \text{REO}^{21})}{(\text{DO}^{22} + \text{DEO}^{23})}$$
$$\text{REF} = \frac{58.578.976,15 + 2.669.331,45}{19.954.106,34 + 3.743.757,80}$$
$$\text{REF} = \frac{61.248.307,60}{23.697.864,14} = 2,58$$

O quociente de 2,58 representa o resultado do exercício financeiro, aonde o resultado maior que 1, indica que a receita (orçamentária + extraorçamentária) foi maior que a despesa (orçamentária + extraorçamentária).

6) Resultado dos Saldos Financeiros - RSF

$$\text{RSF} = \text{SPES}^{24} / \text{SEA}^{25}$$
$$\text{RSF} = 221.105.292,32 / 182.328.434,80 = 1,21$$

O resultado obtido de 1,21 indica um superávit financeiro, ou seja, um aumento do saldo disponível em relação ao exercício anterior.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.a) Resultados acumulados

O resultado acumulado foi um déficit de R\$ 72.677.730,47 no ano de 2015, e de R\$ 131.481.293,25 em 2016, resultado este que cresceu negativamente em 80%, em consequência do lançamento da provisão matemática previdenciária,

advinda do cálculo atuarial, já explicada nos itens 13. c e 13. D.

A conta de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 2.474.849,50 foi composta por dois lançamentos, R\$ 1.985.518,81 feito no lançamento de abertura na transferência de saldos entre contas de resultados acumulados, corrigido em 01/09/2016; e R\$ 489.330,69 por transferência de saldos entre contas de resultado, refazendo o estorno do lançamento do superávit do exercício anterior contra a conta de ajustes.

16. BALANÇO PATRIMONIAL

Segundo o Art. 105, da Lei nº 4.320/64:

" O Balanço Patrimonial demonstrará:

- I - O Ativo Financeiro²⁶;
- II - O Ativo Permanente²⁷;
- III - O Passivo Financeiro²⁸;
- IV - O Passivo Permanente²⁹;
- V - O Saldo Patrimonial;
- VI - As Contas de Compensação³⁰.

²⁶ § 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

²⁷ § 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

²⁸ § 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária.

²⁹ § 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

²⁰ RO: Receita Orçamentária

²¹ REO: Receita Extraorçamentária

²² DO: Despesa Orçamentária

²³ DEO: Despesa Orçamentária

²⁴ SPES: Saldo que passa para o exercício seguinte

²⁵ SEA: Saldo do exercício anterior

Art. 106. A avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá as normas seguintes:

I - os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço;

II - os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção;

III - os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.

§ 1º Os valores em espécie, assim como os débitos e créditos, quando em moeda estrangeira, deverão figurar ao lado das correspondentes importâncias em moeda nacional.

§ 2º As variações resultantes da conversão dos débitos, créditos e valores em espécie serão levadas à conta patrimonial.

§ 3º Poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis."

Informo que todas as contas foram explicadas minuciosamente nos itens 12 e 13 acima descritos.

Analisando o Balanço Patrimonial, apurou-se que a diferença entre o Ativo Financeiro de R\$ 182.328.434,80 e o Passivo Financeiro de R\$ 57.202,29 resultou no superávit total de R\$ 182.271.232,51, para o exercício de 2015. Já no exercício de 2016 o valor do ativo financeiro foi de R\$ 221.105.292,32 e do passivo financeiro de R\$ 115.155,80, o que resultou no superávit de R\$ 220.990.136,52, conforme demonstra a tabela abaixo.

³⁰ § 5º Nas contas de compensação serão registrados os bens, valores, obrigações e situações não compreendidas nos parágrafos anteriores e que, imediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE CAMPO LARGO RELATÓRIO DA APURAÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO POR FONTE DE RECURSO EM 31.12.2016					
FONTE	DESCRIÇÃO	SALDO DA FONTE	PASSIVO FINANCEIRO	SUPERÁVIT FINANCEIRO	DÉFICIT FINANCEIRO
001	Recursos do Tesouro (Descentralizados)	3.695.292,09	115.155,80	3.580.136,29	0,00
040	Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	199.468.426,45	0,00	199.468.426,45	0,00
094	Retenções em Caráter Consignatário	0,00	0,00	0,00	0,00
551	Compensação entre Regimes Previdenciários	17.941.573,78	0,00	17.941.573,78	0,00
TOTAL		221.105.292,32	115.155,80	220.990.136,52	0,00

Fonte: Relatório extraído do site TCE/PR (SIM_AM 2016)

Comparando o superávit financeiro de 2016 com o de 2015, verificou-se variação positiva em todas as fontes de recursos.

1) Situação Financeira 1 - SF1

$$SF1 = AF^{31}/PF^{32}$$

$$SF1 = 221.105.292,32/115.155,80 = 1920,05$$

Esse quociente de 1.920,05 é de extrema utilidade para verificar a existência de "superávit" financeiro apurado em balanço patrimonial, pois atende a determinação legal inserida no § 2º, do art. 43, da Lei nº 4.320/64, cujo valor sendo maior que um, existe excesso de recursos financeiros que poderá ser utilizado para cobertura de

créditos adicionais. Apura-se que para cada R\$ 1,00 de obrigação, existem R\$ 1.920,05 de disponibilidade para sua quitação.

2) Situação Financeira 2 - SF2

$$SF2 = AP^{33}/PP^{34}$$

$$SF2 = 39.533.523,84/392.119.683,06 = 0,10$$

Como o quociente foi menor que 1, identifica que o endividamento é superior a soma de bens, créditos e valores que compõem os bens e direitos de longo prazo, sendo o saldo patrimonial negativo e representado pela conta passivo real descoberto.

Ao analisar o ativo permanente, de R\$ 39.533.523,84, e o passivo permanente, de R\$ 392.119.683,06, resulta

³¹ AF: Ativo Financeiro

³² PF: Passivo Financeiro

³³ AP: Ativo Permanente

³⁴ PP: Passivo Permanente

em déficit de R\$ 352.586.159,22, para o exercício de 2016, que se comparado com o do ano anterior que foi de R\$ 255.006.165,27, resulta num aumento do déficit de 38%, fato este ocorrido devido ao lançamento das provisões matemáticas obtidas no cálculo atuarial, já explicadas em item específico.

Por fim, em 2016, tendo um superávit financeiro de R\$ 220.990.136,52 com um déficit permanente de R\$ 352.586.159,22, o saldo patrimonial foi deficitário de R\$ 131.596.022,70, que se comparado com o de 2015, - R\$ 72.734.932,76, verificou-se um aumento de déficit de R\$ 58.861.089,94, ou seja, 80%, situação que poderia estar pior caso não tivesse sido alcançado o superávit financeiro.

3) Resultado Patrimonial - Rpatr

$$Rpatr = AR^{35} / PR^{36}$$

$$Rpatr = \frac{221.105.292,32 + 39.533.523,84}{115.155,80 + 392.119.683,06}$$

$$Rpatr = 260.638.816,16 / 392.234.838,86 = 0,66$$

Como este quociente esta menor do que 1, foi verificado na Demonstração das Variações Patrimoniais que a principal origem desse resultado patrimonial negativo foram as provisões matemáticas

previdenciárias³⁷, fator este já explicado no item anterior.

17. REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Conforme cita o § 3º, do art. 106 da Lei n/ 4.320/64: "Poderão ser feitas reavaliações dos bens móveis e imóveis." Desta forma, o Instituto realiza anualmente a reavaliação de imóveis, fator este que implica positivamente no ativo permanente.

A comissão de avaliação de imóveis do FAPEN, composta por servidores estatutários da Prefeitura Municipal de Campo Largo, realizou em 01/12/2016 a reavaliação de bens imóveis para o exercício de 2016, orientados por avaliador externo, em específico a Imobiliária Acesso, cujo critério utilizado foi o valor justo (ou de mercado), apontando que o patrimônio sofreu variação positiva de R\$ 1.442.666,17, com valor total de R\$ 28.859.673,62 para o ano de 2015 aumentando para R\$ 30.302.339,79 no ano de 2016 e passou para R\$ 30.362.191,22 no ano de 2015, ou seja, houve aumento de 4%.

³⁷ **Provisões Matemáticas Previdenciárias:** A avaliação atuarial inicial e suas respectivas atualizações também são a base do cálculo da provisão matemática previdenciária, que é gerada pela expectativa da concessão de benefícios ou pelo fato de o benefício haver sido concedido. A provisão matemática previdenciária representa as contribuições previdenciárias que em anos anteriores não foram vertidas para assegurar o pagamento dos benefícios previdenciários, cujos valores devem ser provisionados pela unidade gestora do RPPS para que seja possível honrar os compromissos sob sua responsabilidade.

³⁵ AR: Ativo real= AF + AP

³⁶ PR: Passivo real= PF + PP

	2015	2016	VARIAÇÃO
SALA COMERCIAL N° 211	R\$ 119.238,97	R\$ 125.200,92	R\$ 5.961,95
SALA COMERCIAL N° 217	R\$ 50.553,56	R\$ 53.081,24	R\$ 2.527,68
SALA COMERCIAL N° 218	R\$ 76.604,62	R\$ 80.434,85	R\$ 3.830,23
SALA COMERCIAL N° 219	R\$ 47.966,09	R\$ 50.364,39	R\$ 2.398,30
SALA COMERCIAL N° 220	R\$ 50.553,56	R\$ 53.081,24	R\$ 2.527,68
SALA COMERCIAL N° 221	R\$ 50.553,56	R\$ 53.081,24	R\$ 2.527,68
SALA COMERCIAL N° 222	R\$ 50.553,56	R\$ 53.081,24	R\$ 2.527,68
SALA COMERCIAL N° 223	R\$ 50.553,56	R\$ 53.081,24	R\$ 2.527,68
SALA COMERCIAL N° 224	R\$ 52.690,18	R\$ 55.324,69	R\$ 2.634,51
SALA COMERCIAL N° 225	R\$ 50.553,56	R\$ 53.081,24	R\$ 2.527,68
SEDE TERRENO 2	R\$ 892.374,51	R\$ 936.993,23	R\$ 44.618,72
SEDE EDIFÍCIO	R\$ 610.143,09	R\$ 640.967,77	R\$ 30.824,68
EDIFÍCIO 2 (SALFER)	R\$ 4.508.460,00	R\$ 4.733.883,00	R\$ 225.423,00
EDIFÍCIO 5 (HAVAN)	R\$ 9.853.574,40	R\$ 10.345.935,60	R\$ 492.361,20
TERRENO 4 (HAVAN)	R\$ 7.135.128,00	R\$ 7.491.884,40	R\$ 356.756,40
TERRENOS (CEMITÉRIO)	R\$ 6.762.690,00	R\$ 7.100.824,50	R\$ 338.134,50
TOTAL	R\$ 30.362.191,22	R\$ 31.880.300,79	R\$ 1.518.109,57
IMOBILIZADO SEDE TERRENO 2	R\$ 892.374,51	R\$ 936.993,23	R\$ 44.618,72
IMOBILIZADO SEDE EDIFÍCIO	R\$ 610.143,09	R\$ 640.967,77	R\$ 30.824,68
(-) DEPRECIAÇÃO DEZ/15 A NOV/16		-R\$ 1.219,68	
		R\$ 639.748,09	
INVESTIMENTOS	R\$ 28.859.673,62	R\$ 30.302.339,79	R\$ 1.442.666,17

18. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício, conforme cita o art. 104 da Lei nº 4.320/64.

O valor negativo de 58.803.562,78 do resultado do exercício foi composto do resultado patrimonial do período das Demonstrações das Variações

Patrimoniais (Diferença entre o total da VPA e VPD), do anexo 15.

Ao comparar o resultado do exercício de 2016 (-58.803.562,78) com o anterior (-6.052.025,04), realizando análise horizontal, na variação patrimonial aumentativa constatou-se que: houve uma queda de 1% na arrecadação das contribuições sociais; acréscimo de 1% na exploração de bens e direitos e prestação de serviços; aumento de 68% nos juros e encargos de mora; 49% de aumento na remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras; acréscimo de 333%

nas transferências intragovernamentais; variação de 54% na reavaliação de ativos; e aumento de 146% na compensação financeira entre RGPS/RPPS³⁸. Já na variação patrimonial diminutiva verificou-se que: houve uma diminuição de 18% na remuneração de pessoal (função gratificada); aumento de 14% nas despesas com aposentados e pensionistas; redução de 2% nas despesas com material de consumo e serviços; queda de 61% na desvalorização e perda de ativos e aumento de 196% na VPD³⁹ de constituição de provisões matemáticas.

3.068.476,74 na Caixa Econômica Federal, R\$ 165.000,00 e R\$ 90.000,00 no Banco do Brasil.

19.RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS

As receitas intraorçamentárias (anexo 02 - da receita por categorias) são basicamente compostas por contribuições patronais dos servidores ativos; da contribuição previdenciária em regime de parcelamento (7.2.10.29.15.00.00), inclusive multas e juros (7.9.12.29.01.01.00; 7.9.12.29.01.02 e 7.9.12.29.01.04); além das receitas decorrentes de aportes para amortização do déficit atuarial do RPPS (7.9.4.0.01.00.00.00). O aporte foi pago pela prefeitura municipal, por meio de três depósitos, em 29 e 30/12/2016, sendo R\$

³⁸ RGPS:Regime Geral de Previdência Social; RPPS: “Regime Próprio de Previdência Social”

³⁹ VPD: Variação Patrimonial Diminutiva.